

Capítulo IV

Cauby Dantas

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DANTAS,C. Capítulo IV. In: *Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015. Substractum collection, pp. 123-155. ISBN 978-85-7879-329-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO IV

Que surpresa esse José Lins do Rego! Já tinha mais de vinte e cinco anos quando apareceu pela primeira vez no Rio, falando feito cabra de engenho, gaguejando muito, sempre com ar aperreado, e escrevendo esporadicamente umas notas críticas meio bambas e meio erradas. Eu não tinha fé no matuto. Nunca que ninguém tivesse fé, a não ser, talvez, o mestre do Karrapicho, o modesto sociólogo de *Casa-grande e senzala* (BANDEIRA, 1991, p.310).

Afinidades Eletivas nos Romances

O poeta Manuel Bandeira não acreditava. Mas o fato é que, naquele início dos anos 1930, em Maceió, um jovem paraibano, formado em Direito, sem ter a menor vocação para as lides jurídicas e então exercendo a nada literária função de fiscal de bancos, preparava-se para entrar triunfalmente nos salões das letras nacionais. Seu nome: José Lins do Rego. Definitivamente, aquele deslocado burocrata escondia um autor prolixo, de escrita farta, que ainda escreveria doze romances, um volume de memórias, livros de viagens, um livro de literatura infantil, além de crônicas e ensaios. Tudo isso em um período de vinte e cinco anos, se considerarmos como marcos cronológicos o aparecimento do seu primeiro romance, em 1932, e a publicação das suas memórias – *Meus verdes anos* – em 1956, apenas um ano antes de sua morte.

Parte da obra do autor paraibano é, principalmente nos romances iniciais, assinalada pelo aspecto memorialístico, onde, muitas vezes, a voz que narra e o que é narrado se confundem com a vida e a história

do autor, como se percebe pela leitura de, por exemplo, *Menino de engenho* e *Meus verdes anos*. Isso é um aspecto já exaustivamente abordado pela crítica e não precisaremos aqui ficar repetindo o que já foi dito por vozes que são, além de precedentes, mais autorizadas: seria chover no molhado. Apenas gostaríamos de lembrar a importância que tem a figuração social na construção da obra de José Lins do Rego, ora sugerindo-lhe temas e pontos de vista, ora funcionando como estímulo à escrita, conforme podemos ler na apresentação (testemunho) do romance *Usina*, de 1936.

Críticos literários, historiadores e outros estudiosos são unânimes no reconhecimento da crise vivida pela região nordeste no momento em que José Lins publica os primeiros romances. O esvaziamento dos engenhos remanescentes que não tinham sido engolidos pelas usinas, o êxodo de seus trabalhadores, o enfraquecimento do poder coronelístico, a urbanização e a perda de importância econômica são apenas expressões da crise que, transposta para o romance de José Lins do Rego, dará a nota e o tom responsáveis pelo clima de decadência e melancolia, loucura e perda de rumo de algumas das suas personagens centrais.

Aqui, abordaremos de forma direta dois romances: o de estreia, *Menino de engenho*, e o seu terceiro livro, *Bangüê*, publicado em 1934. São textos que surpreendem temas e planos sociais também tratados por Gilberto Freyre em seus ensaios de antropologia social. O sociólogo propõe um recorte regional claramente atravessado pelos aspectos culturais inerentes àquela zona espacial onde foram se instalando os engenhos no período mais profundo da colonização. E, dentro desse espaço cultural, vê a presença da casa-grande como símbolo arquitetônico de poder e irradiação de significados sociológicos e culturais. Há mesmo, no prefácio à primeira edição de *Casa-grande & senzala*, uma passagem que condensa toda essa centralidade:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o

catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos (FREYRE, 1997, p.liii).

Os temas que destacamos nos romances são aqueles que acreditamos poder simbolizar esses planos sociológicos. São motivos assinalados por uma ordem social do tipo rural, patriarcal, marcada pela violência das relações sociais, mesmo quando revestidas de “afeto” ou pelos contatos pessoais e familiares. Acreditamos, portanto, que os universos temáticos dos ensaios e dos romances, compõem um sistema – no sentido proposto por Antonio Candido.

Evidentemente essas afinidades eletivas entre autores e obras não devem nos conduzir a uma leitura – que seria, a nosso ver, totalmente equivocada – que os interprete como almas gêmeas ou como sendo os dois lados de uma moeda que mostrar-se-ia ora sob a face ensaística, ora sob a face romanesca. Nada disso. Essa leitura anularia o diálogo. Se há em José Lins do Rego a inegável presença da matriz regionalista *freyriana*, há, também, momentos de diferenciação, em que sua visão distancia-se da noção de equilíbrio de antagonismos veiculada pelo sociólogo pernambucano. São momentos em que a narrativa evidencia os dramas e os conflitos humanos e sociológicos, engendrados por uma configuração sociológica nova, ainda em construção, ao chocar-se com uma outra, já decrépita, mas que reluta em aceitar como um fato consumado o seu desaparecimento iminente. Com efeito, o senhor de engenho Lula de Holanda Chacon, dono do engenho Santa Fé, ou o Dr. Juca, filho de José Paulino e proprietário da usina Bom Jesus, como vários outros tipos humanos apresentados em *Fogo morto* e em *Usina*, por exemplo, em nada lembram o fausto do patriarca da casa-grande em sua formulação típico-ideal elaborada por Gilberto

Freyre. Quais seriam, enfim, esses temas que assinalariam, no interior dos romances, a presença de uma determinada ordem social? Ou, ainda, que práticas de sociabilidade se deixam surpreender através da e na ficção? É o que veremos na sequência deste estudo.

O senhor de engenho

Eis uma personagem recorrente na cultura e na política brasileiras sendo detentora, nos quadros de uma sociedade colonizada, rural e escravocrata, de uma posição social a que todos almejam, e a quem os antigos (mas também os novos) escravos eram forçados a emprestar mãos e pés, segundo a famosa formulação do jesuíta Antonil. A figura do poderoso senhor de terras atravessa os limites cronológicos da colonização e chega, ainda que metamorfoseada e sem o antigo fausto, aos nossos dias, ocupando espaços no Congresso Nacional, na mídia (ora como personagem, ora como dono), no cinema e na literatura. Com efeito, é uma das maiores expressões do universo rural brasileiro em toda a sua história.

A estrutura de dominação apresentada em *Menino de engenho* e *Bangüê*, caracteriza-se pela presença, em seu interior, de um espaço predominante bem definido, o engenho, espécie de vértice econômico do triângulo rural *freyriano*. Aí é tecida uma rede de ações e interações entre vários tipos humanos e culturais, postos sob a égide da vontade suprema do herói civilizador, o senhor de engenho, chefe da família e da casa patriarcais, o elemento sociológico da unidade brasileira. Segundo Gilberto Freyre, é esse o ator principal da colonização portuguesa do Brasil, dono da terra e dos homens e das mulheres e de tudo, enfim, que se encontra sobre e sob ela. A aparência de fortaleza das suas casas-grandes militarizadas seria a maior expressão desse poder patriarcal. Portanto, acreditamos que a caracterização desses espaços e desse personagem, ambos fulcrais, seja um bom começo para a compreensão dos romances assinalados.

Já na primeira frase de *Menino de engenho*, nos deparamos com um acontecimento triste e que parece anunciar toda a atmosfera de melancolia e de tristeza da estória a ser narrada: a morte de Dona

Clarisse, filha de senhor de engenho e mãe do menino Carlos de Melo, então com quatro anos, assassinada pelo próprio marido. Quem nos conta o acontecido é o próprio Carlos de Melo, já adulto, que rememora a infância, passada em um dos engenhos do seu avô materno, José Paulino, situado na várzea do Rio Paraíba, para onde é levado, por um tio, três dias após a morte da mãe. Depois de rápidas considerações acerca dos pais e da viagem até o engenho, chegamos ao capítulo 4. Aqui, o menino Carlos de Melo é apresentado ao Engenho Santa Rosa, onde viverá dos quatro aos doze anos. Tudo lhe parece novo, eivado de mistérios, antecipado que foi por uma visão idealizada:

A minha mãe sempre me falava do engenho como de um recanto do céu. E uma negra, que ela trouxera para criada, contava tantas histórias de lá, das moagens, dos banhos de rios, das frutas e dos brinquedos, que me acostumei a imaginar o engenho como qualquer coisa de um conto de fadas, de um reino fabuloso (REGO, 1996, p. 6-7).

É assim, visto “com olhos de deslumbrado”, que o engenho faz sua aparição na obra de José Lins do Rego. Colocado sob os cuidados da Tia Maria, lentamente, o pequeno órfão vai sendo apresentado ao seu novo mundo.

Em verdade, esse primeiro romance, composto por quarenta capítulos curtos, é todo ele uma apresentação do mundo do Engenho Santa Rosa, flagrado em sua dimensão cotidiana. O leitor é gradativamente apresentado aos seus habitantes, aos seus costumes, suas festas, sua fauna e sua flora, suas relações de trabalho, e a sua economia, pautadas na plantação de cana para a fabricação de açúcar. Estamos em um universo rural, agrário, com claros resquícios dos tempos da escravidão, presentes não apenas nos restos da antiga senzala – chamada pelos negros de “rua” – mas personificados nos vários descendentes do antigo regime.

Com a abolição de 1888 e sem muitas alternativas, muitos dos ex-escravos continuaram morando na casa-grande, gravitando em torno de sua cozinha ou prestando pequenos serviços em troca de um

prato de comida, como agregados, etc. Há, no capítulo 22, a descrição de uma antiga senzala que revela a forte presença, nesse texto inicial, da visão *freyriana*, inscrita nos textos da década 1920, acerca do pretense caráter ameno, de antagonismos equilibrados, da escravidão nos engenhos de açúcar.

Restava ainda a senzala dos tempos do cativeiro. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão (REGO, 1996, p.38).

Mais adiante, abordaremos essa remanescência. Além dos ex-escravos, aparecem os trabalhadores do eito que, de sol a sol, em jornadas que chegam a mais de doze horas por dia, limpando os partidos e plantando e colhendo os produtos agrícolas – a cana, o algodão e, também, o gado – que fazem a riqueza material do engenho. Muitos desses moradores são foreiros enquanto outros, mais antigos, são dispensados dessa obrigação. Temos, ainda, carpinteiros, tanoeiros, mecânicos, artífices de diversos ofícios, e, no topo dessa divisão do trabalho, o feitor e, na casa do engenho, a figura do mestre de açúcar, responsável pelo processo de moagem e fabricação do açúcar, das almanjarras ao ponto exato que confere a qualidade do cristal. O quadro é completado pela aparição, aqui e ali, de vários meninos, os “moleques da bagaceira”, ocupados em tarefas de menor significado como banhar os cavalos, conduzir o gado aos currais, levar e trazer recados, etc.

Acima de todos situa-se o coronel José Paulino, o patriarca e proprietário de nove engenhos. Elemento ativo, de sua vontade e ação, dependem a vida e a morte dos habitantes do Santa Rosa.

São inúmeras as funções desempenhadas pelo senhor de engenho. É ele quem organiza a produção, as relações de trabalho; é ele quem dá proteção aos fugitivos da justiça; quem resolve pendências e conflitos entre os seus moradores; quem os socorre nas tragédias, nas grandes enchentes ou nas grandes secas; quem distribui alimentos; quem pune e castiga; quem compra e vende; quem casa e descasa; quem determina, com sua vontade imperial, quem é merecedor dos votos dos “seus” eleitores, etc. É, enfim, juiz, aplicando a força da justiça privada da casa-grande. Exercita ainda um pragmático tipo de “caridade útil”, também destacada pela fria visão de economista que é a de Antonil (apud BOSI, 1992, p.163), que se traduz em fidelidade e em lucros.

Em longos passeios a cavalo, Zé Paulino é a encarnação viva do centauro de que fala Gilberto Freyre. Vejamos uma passagem da narrativa que ilustra bem esse poder:

O meu avô me levava sempre em suas visitas de corredor às terras de seu engenho. Ia ver de perto os seus moradores, dar uma visita de senhor nos seus campos. O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem. Andávamos muito nessas suas visitas de patriarca (REGO, 1996, p.25).

O velho José Paulino gostava de contar histórias da família, relembrar os antepassados, os tempos da escravidão. Com sua ascendência moral sobre os seus familiares e agregados e por ser visto, também, como detentor de experiências, torna-se, de certo modo, um transmissor dessas experiências, narrando-as, sempre à noite, sempre no alpendre da casa-grande, para uma plateia atenta e obediente. É um velho bom, respeitado e temido mais por sua bondade e não apenas pela riqueza material que possui. “O velho José Paulino governava os seus engenhos com o coração” (REGO, 1996, p.49).

Na visão idealizada desse personagem – autêntico patriarca – mesmo quando ele é ríspido com os seus moradores, quando lhes grita palavras duras, parece não ofendê-los, pois todos sabem reconhecer a sua bondade: “O meu avô chamava-os de ladrões, de velhacos e nem mostravam cara de aborrecidos. Parecia que aquelas palavras feias na boca do velho José Paulino não quissem dizer coisa nenhuma” (REGO, 1996, p.41). Como toda idealização, a essa não faltam também tonalidades seráficas. É assim que, no capítulo 33, este velho latifundiário aparece como sendo um “santo que plantava cana” (REGO, 1996, p.62).

José Paulino aparece, neste romance inicial, no ápice da condição de patriarca, no auge do seu poder. Que parece sólido e eterno como os alicerces profundos da casa-grande, o grande vértice arquitetônico do triângulo rural traçado por Gilberto Freyre.

Mas, apenas parece. Os tempos mudam, a morte e a usina estão à espreita. Alguns anos depois – dez – é um José Paulino envelhecido e decrépito que assiste à decadência dos seus domínios, agravada pela inapetência de um neto que apenas sonha em contar a história gloriosa do avô, a quem admira e ama, e que por isso sofre, sabendo-se e sentindo-se incapaz de repetir-lhe os feitos.

Mas antes da decadência, falemos ainda de outros temas interessantes desse primeiro romance, sob o prisma do poder do senhor de engenho.

Como vimos no capítulo 2 deste estudo, no livro *Nordeste*, Gilberto Freyre estende aos animais as hierarquias inerentes à sociedade dos homens, juntando no mesmo eito e sob o mesmo sol senhores e cavalos, escravos e bois, natureza e cultura. Essa naturalização das desigualdades informa a visão do menino Carlos de Melo. Em verdade, nele é antecipada. Branco e neto de senhor de engenho, nada lhe parece mais natural do que as desigualdades cotidianas que observa entre os homens e os animais do engenho.

O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo

um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos (REGO, 1996, p.60).

O quadro se completa com a fina percepção de que os limites e hierarquias que se colocam no caminho dos homens e mulheres da antiga senzala ou do eito, em suas constantes tentativas de aproximação da casa-grande (mesmo que seja pela entrada dos fundos, pela cozinha), também são válidos em relação aos pobres cachorros que, por desavisados ou por insolentes, tentam empreender a mesma aproximação.

Alguns desses cachorros, mais que os seus donos, conhecem o seu lugar:

Cachorrinhos com barriga partindo, de magros, acompanhavam seus donos para a servidão. Rondavam pelos cajueiros, perseguindo os preás. Porém não pisavam no terreiro da casa-grande. Os cachorros gordos do engenho não davam tré-gua aos seus infelizes irmãos da pobreza (REGO, 1996, p.59).

Outro dado interessante são os nomes dos engenhos que remetem a significados culturais ligados à religiosidade, às plantas e árvores, rios e animais. Em um levantamento longe de ser considerado exaustivo, anotamos: Santa Rosa; Santa Fé; Corredor; Maravalha; Aurora; Cipó Branco; Jardim; Maçangana; Beleza; Gameleira; Vigário; Outeiro; Santo Antônio; Fazendinha; Anta; Itapuá; Melancia; Pacatuba; Novo; Santana. Gilberto Freyre lista, em *Nordeste*, vários outros nomes de engenhos antigos, principalmente aqueles que trazem sugestões da água, a sua poetização pela gente dos canaviais, segundo o autor: Poço Sagrado, Águas Belas, Riacho-do-Padre, etc.

Menino de engenho nos apresenta muito acerca do cotidiano do Santa Rosa, sendo rico em indicações de práticas de sociabilidade, que vão daquelas propriamente ligadas ao mundo do trabalho – plantação, moagem da cana – àquelas de significados mais culturais ou simbólicos: festas, visitas, práticas sexuais, aprendizagem das primeiras letras, banho de rio. Os espaços onde ocorrem essas práticas são os mais variados: sala e alpendre da casa-grande; cozinha; nos restos da senzala; no rio; no curral, etc.

Mas em todos os momentos, paira no ar a presença da casa-grande, potência ante a qual até a Igreja se curva. Assim, por exemplo, uma visita da família da casa-grande a um parente distante será sempre vista, por este último, como motivo de orgulho, sinal de consideração por parte da família poderosa; há uma cadeira especial, na escola, para Carlos de Melo, um copo e um tamborete de palhinha só para ele; os meninos do engenho, mesmo na intimidade propiciada pelas brincadeiras de criança, sabem perceber as diferenças que os separam de Carlinhos, expressas na melhor qualidade de suas roupas, nos cuidados com sua saúde, alimentação, etc.

O grande momento festivo revelador do poderio da família é o casamento da Tia Maria. Muito mais que a realização de um sacramento, é festa para durar vários dias, propiciando à família Paulino exercitar e mostrar toda a pujança de sua condição social. Não é todo dia, afinal, que se pode assistir ao casamento de uma filha de senhor de engenho. Então os preparativos são demorados, muitos os convidados. A citação a seguir expressa bem a grandeza da festa:

Na casa-grande do Santa Rosa não havia mais cômodo para tanta gente. Armavam redes pela casa de farinha e no sobradinho do engenho. E ainda chegariam convidados no dia do casamento. O meu avô ficava em palestra com os mais velhos. Os perus-de-roda e os capões gordos morriam aos magotes na cozinha. Vinha um caixão de gelo e outro de frutas estrangeiras, da Paraíba. A música da polícia estaria ali no trem das dez. Pelo alpendre da casa-grande só se via gente falando. Os

moleques a cavalo, em osso, levando e trazendo recados do Pilar. O vestido da noiva chegaria de tarde, do Recife (REGO, 1996, p.72).

Carlos de Melo, doente, sente-se, com o casamento de sua tia Maria, solitário. Quem, a partir de então, irá cuidar dele quando chegarem as terríveis “crises de puxado” que lhe sufocam o peito e colocam limites às brincadeiras ao ar livre, aos banhos de rio com os outros meninos do engenho? De certa maneira, é como se estivesse perdendo a segunda mãe. Tudo que sabe lhe veio dos oito anos passados no engenho. É um menino rude ao aprendizado das primeiras letras. A tia Maria tenta, mas logo desiste. A pobre professora Judite, a quem fora atribuída a missão de ensinar-lhe a ler e escrever, até que tem melhor sorte. Consegue ainda, porque é mulher bonita, despertar-lhe a concupiscência:

“Foi ali com ela, sentindo o cheiro de seus cabelos pretos e a boa carícia de suas mãos morenas, que aprendi as letras do alfabeto. Sonhava com ela de noite, e não gostava dos domingos porque ia ficar longe de seus beijos e abraços” (REGO, 1996, p.23).

E isso apesar de ser a bela Judite uma mulher casada que, inclusive e de quando em quando, apanhava do marido.

Menino danado esse Carlinhos! Nele, a precocidade sexual típica dos meninos de engenho anuncia-se de forma muito premente. Gilberto Freyre já nos falava, desde o ensaio de 1924 – *Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil* – dessa precocidade, incentivada pelo clima de excesso sexual de que estava impregnada aquela sociedade falocrática. No Engenho Santa Rosa, os meninos cedo se acostumavam com esse dado, vendo os animais no curral pegado à casa-grande em sua “promiscuidade selvagem”, vivamente descrita no capítulo 15. Alguns meninos transavam com as vacas e cabras do engenho. Eram meninos aqueles que cedo tomavam conhecimento de doenças-do-mundo e de prostitutas e de moradoras sendo defloradas pelos senhores ou por seus filhos. Carlinhos dispõe, ainda, das revistas

proibidas do tio Juca, dos “ensinamentos” de Zé Guedes. E até inventa uma paixão pela priminha Maria Clara, menina da cidade grande, em visita ao engenho. O exemplo dos excessos sexuais vinha de cima, dos adultos, senhores polígamos que, nas senzalas, buscavam as negrinhas (mais tarde, as filhas dos seus moradores) com que satisfaziam sua luxúria. Gilberto Freyre nos fala no ambiente de “intoxicação sexual” de que estava impregnada aquela sociedade, favorecido que era pelo que chama de plasticidade do português e pela situação ambígua de uma sociedade que, extremamente desigual e violenta em suas relações de trabalho, sabia “equilibrar” na cama, de forma nada pia ou seráfica ou, ainda sob o império dos sentidos, na cozinha e na mesa, os seus antagonismos: miscigenação é isso aí.

Era inevitável e aconteceu. A negra Zefa Cajá, conhecida prostituta do engenho, será a sua grande mestra desses assuntos de entre-pernas: “Tinha uns 12 anos quando conheci uma mulher, como homem” (REGO, 1996, p.78). Igualmente previsível, o neto do senhor de engenho, menino de grande voracidade sexual e nisso seguindo uma quase que tradição familiar, acaba contraindo uma daquelas doenças-do-mundo. Passados o escândalo e a surpresa iniciais provocados na casa-grande, logo a notícia se espalha e o menino vira alvo da admiração dos machos da família, por tão candente demonstração de precocidade. Carlos percebe e aproveita:

E comecei a envaidecer-me com a minha doença [...] Era uma glória para mim essa carga de bacilos que o amor deixara pelo meu corpo imberbe. Mostravam-me às visitas masculinas como um espécime de virilidade adiantada. Os senhores de engenho tomavam deboche de mim, dando-me confiança nas suas conversas. Perguntavam pela Zefa Cajá, chamavam-na de professora: - Puxou ao avô (REGO, 1996, p.78-79).

Em breve estará indo para o colégio. É um menino perdido, com “um corpo sacudido pelas paixões de homem feito e uma alma mais velha do que o meu corpo”, como se lê no capítulo final do romance.

Com doze anos e uma doença venérea, já é hora de alargar seus limites e entender que o mundo não se resume ao Engenho Santa Rosa e ao Coronel José Paulino, por maiores que estes sejam. Carlinhos sente medo do colégio para onde será mandado logo após o casamento da tia Maria. Conforme lhe disseram várias vezes, sempre em tom de ameaça, o colégio é local onde os meninos “perdidos” como ele são “amansados”, a custa de uma pedagogia sádica, pautada no uso frequente de muita palmatória e caroço de milho nos joelhos, transformando os colégios em verdadeiros centros de tortura, como podemos ver em *Sobrados e mucambos*.

E assim chegamos ao final do livro, com a ida do menino Carlinhos para o Instituto Nossa Senhora do Carmo, em Itabaiana, do temido professor Maciel.

Dez anos depois, Carlos de Melo, bacharel em Direito, retorna ao Santa Rosa. Mas, aí, os tempos serão outros, de crise do mundo dos engenhos.

E aqui nos colocamos ante um eixo temático que exige uma pequena digressão em torno do conteúdo da categoria “crise. É evidente que, sendo uma crise do setor agrícola, ou seja, justamente do setor preponderante da economia e da política brasileiras até então, é justo que busquemos a compreensão de suas causas ou efeitos. E estas causas parecem remontar aos ajustamentos internacionais de uma economia capitalista que, desde a primeira revolução industrial, tinha seu eixo econômico baseado na produção industrial voltada para os centros urbanos. No caso brasileiro, acrescentem-se, do ponto de vista da tradicional agricultura de exportação, os efeitos desagregadores que sobre ela terão acontecimentos como a abolição da escravatura em 1888, a queda dos preços dos produtos exportáveis (café, açúcar e algodão) e a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

São esses os elementos de uma crise que, no limite, colocará em movimento as aspirações dos produtores (cafeicultores, pecuaristas, produtores de grãos, etc.) em busca da institucionalização dos seus interesses junto ao Estado republicano, o que, de forma paradoxal por ocorrer em momento de crise, reforça o cânone da vocação eminentemente agrícola do país. São assim óbvios os significados ideológicos (e práticos) desse discurso, quando traduzido em políticas públicas

voltadas para o setor e ao confundir os interesses das chamadas “classes produtoras” com os de toda a sociedade.

Transposta para o romance de José Lins do Rego, a crise vai engendrar o aparecimento de tipos que serão deslocados pela nova ordem, como o pobre seleiro José Amaro – que provavelmente nunca terá ouvido falar de reprodução ampliada do capital – literalmente colocado à margem, à beira de uma estrada que não tem volta.

Muito bem. Voltemos a José Paulino e Carlos de Melo. Segundo a frase de abertura do romance *Bangüê*, de 1934, o neto se afastara “uns dez anos do Santa Rosa”. E agora volta, depois de haver concluído os estudos, com a intenção de assumir o comando dos negócios do avô, na condição de herdeiro. O engenho não lhe desperta mais o mesmo alubrimento de quando o viu pela primeira vez, aos quatro anos de idade. Pelo contrário, parece-lhe pequeno: “O mundo cresceu tanto para mim que o Santa Rosa se reduziu a um quase nada” (REGO, 1993, p.5). É a partir dessa percepção reduzida do engenho que o narrador vai lentamente erigindo a consciência da inexorável decadência daquilo que um dia lhe parecera ser, além de eterno, a versão terrestre do paraíso.

Nesta construção desnuda-se, igualmente inexorável, a decadência física de José Paulino e da ordem social cujo mando simboliza. Carlos de Melo se angustia:

Via a sua caminhada para a morte, sentindo que todo o Santa Rosa desaparecia com ele. Uma vez até pensara em escrever uma biografia, a história simples e heroica de sua vida. Mas o que valeria para ele uma história, o seu nome no papel de imprensa? Oitenta e seis anos, a vida inteira acordando às madrugadas, dormindo com safras na cabeça, com preços de açúcar, com futuros de filhos, com cheias de rios, com lagartas comendo roçados (REGO, 1993, p.7-8).

A decadência física do patriarca – “o seu grito de mando não ia tão longe” – é a decadência de uma época, é a metáfora da perda. A

casa-grande deixara de ser o centro, a escola, o banco, o cemitério, a Igreja: “A casa-grande, cada vez mais, perdia as vozes de antigamente, silenciosa a todas as horas do dia” (REGO, 1993, p.172). Ali perto, cresce a sombra absorvente da Usina São Félix; e dentro de alguns anos, não mais existirá o Santa Rosa. No seu lugar, depois de muitas idas e vindas e fracassos do neto herdeiro e incompetente, forçado a vender o engenho onde o avô passara toda a sua vida, teremos a usina Bom Jesus, que desaparecerá também, sob o peso de dívidas impagáveis e mergulhada, literalmente, nas águas do Rio Paraíba.

No capítulo 4 da segunda parte de *Bangüê*, temos a narração do episódio central dessa dissolução do paraíso: a morte e o enterro de José Paulino:

De longe esperava que cavassem os sete palmos. Não queria ver o fim. Mas tinha que ver. Todos os parentes ficaram com ele no último encontro. O padre fazia o sinal-da-cruz. A chuva fina não cessara de vez. Ouve batuque de pás de pedreiro e a queda do caixão no fundo da terra. Tinham plantado meu avô (REGO, 1993, p. 102).

Aqui uma pergunta: nesse desencontro entre o bacharel e a terra, entre o neto e o avô, o filho e o pai, não terá se originado muito daquela revolta de herdeiros abastados contra os seus próprios pais e a favor dos negros, de que fala Gilberto Freyre, chamando-os de “desertores” e dando como exemplo Joaquim Nabuco? Talvez sim. São atitudes rebeldes – “deserções” – em grande parte germinadas sob o impacto dos conhecimentos adquiridos pelos filhos abastados da casa-grande que saíram para estudar na capital ou na Europa, daí voltando com novas ideias, com valores e padrões urbanos, muitas vezes em desacerto com os valores ditos arcaicos de um mundo rural. É essa uma das mudanças principais do Brasil do século XIX, analisadas em livros como *Nordeste e Sobrados e mucambos*, onde podemos assistir à ocupação de cargos públicos de importância por homens da cidade, jovens bacharéis recém-formados e ainda imberbes, para o espanto dos antigos ocupantes desses cargos, velhos patriarcas, agora com “olhos já

cansados de tanto ver, mas não se deixando iludir pelas aparências, os ouvidos já ficando moucos de tanto ouvir, mas não se deixando nunca emprenhar pelas palavras de intriga ou de enredo” (FREYRE, 1996, p.86).

Mas não é esse o caso de Carlos de Melo.

Mesmo depois de morto, o velho patriarca continuará a fazer-se presente, pela força do seu exemplo e de sua memória, na vida do engenho e nas memórias do seu neto. Na nossa leitura, essa permanência póstuma é um dos grandes momentos da representação da decadência dos engenhos. Entregue à própria sorte, o pobre Carlos de Melo se deixa assombrar por fantasmas ora reais, ora apenas fruto de sua falta de iniciativa e de sua vontade eternamente em crise. E vêm a desilusão amorosa e o desespero, provocados pelo retorno de Maria Alice aos braços do marido; e vem a ascensão do negro Zé Marreira, esse antigo cabra da bagaceira, roubando-lhe terras e moradores; e vem o medo das tocaias; e vêm as dívidas; e vem o desejo de escrever um livro sobre o avô, conforme sugestão de Mário Santos, e que ele sabe que jamais escreverá. Nesse quadro de desintegração, até uma velha foto na parede, o assusta:

Saí para a sala de visitas e lá estava o retrato do meu avô pendendo da parede. A cara boa do meu avô, os olhos mansos, todo o velho Zé Paulino ficava vivo na moldura. E se fosse vivo e forte, o Santa Rosa não seria entregue a ninguém. Seria dele. Não devia, e lavradores não se atreveriam a fazer-lhe sombra. Eu não podia com o seu cacete. O seu sangue não estava no meu. Eu era de outra raça, era neto de outro (REGO, 1993, p.161).

Não poderia ser outro o desfecho. Os seus dias de senhor de engenho estavam contados, como reconhece no capítulo 18 da terceira parte de *Bangüê*. Atolado em dívidas e vendo o engenho saqueado por antigos moradores, só resta ao bacharel Carlos de Melo a alternativa da venda do Santa Rosa ao Tio Juca, o que representa ao menos o consolo de manter o engenho nas mãos da família, com direito a um “enterro de luxo” (p.177), de trezentos contos de réis.

É assim que findam o Santa Rosa e Carlos de Melo, o menino de engenho que virou bacharel e que um dia desejou ser um senhor de engenho.



FOTO 8 – Casa-Grande do Engenho Sapucagi, Escada-PE

FONTE: Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife –PE

Memórias da Escravidão

A ordem social que ressuma das páginas de *Menino de engenho* e *Banqüê* é informada pela condição agrária, de um ruralismo semi-feudal, segundo a compreensão de Gilberto Freyre. Trata-se de um tipo de sociedade que tem na propriedade territorial seu quase único padrão ou unidade de riqueza, dividindo os homens em senhores e servos a partir da forma como se relacionam com esse meio de produção. É sobre essa base territorial que serão erguidos os triângulos rurais compostos pelo engenho, pela casa e pela capela, característicos da “geometria da colonização agrária”. Sob esse ponto de vista, o engenho e o seu senhor representam o vértice de poder político e econômico do triângulo; a terra, a base ao mesmo tempo física e econômica onde aquele poder é exercido.

Quase podemos sentir certo sabor medieval na reconstrução dessa ordem, acentuado pela percepção – cuja face feudal não se dilui ainda quando extintas suas bases materiais – de que não há senhor sem terra, nem terra sem senhor. Eis um cânone que atravessa de cima a baixo o poder da casa-grande e a força do seu dono. Eis um dogma que parece orientar toda a construção da figura de José Paulino, dono de nove engenhos.

Um outro aspecto interessante, denunciador das permanências e longas durações, é assinalado pela presença, nos romances, dos resquícios e da memória do antigo regime de trabalho servil. E não apenas nos restos da antiga senzala, como já aludimos. A escravidão teima em se fazer presente, seja na condição de agregadas vivenciada pelas velhas negras da cozinha do Santa Rosa, seja pela sua recorrência como motivo principal das conversas noturnas do velho José Paulino.

Vejam os alguns momentos reveladores dessa presença. No capítulo 18 de *Menino de engenho*, vemos o cabra Chico Pereira no tronco, mandado para lá pelo coronel José Paulino, supostamente por haver deflorado uma filha de uma moradora do engenho; descoberto o verdadeiro autor do defloramento – que não fora outro senão o Juca, filho de Zé Paulino – o cabra é retirado do tronco; há ainda o caso do escravo que tinha uma banda-forra e que só era chicoteado na outra banda, pertencente a seu senhor (cap.33, p.61); etc. Em vários momentos da narrativa, são elaboradas reminiscências em torno do passado escravocrata, sempre destacando-lhe a “proteção” e os cuidados oferecidos pelo patriarcalismo aos seus escravos, antes de 1888, data da abolição. Isso para evidenciar a situação dos agora ex-escravos, que pretensamente estariam vivendo em piores condições, com “o engenho, na festa das 12 horas da moagem. O povo miserável da bagaceira compunha um poema na servidão” (REGO, 1996, p.69).

Não custa aqui relembrar que essa ideia já aparece nos textos de Gilberto Freyre da década de vinte – em sua dissertação de mestrado e no ensaio sobre o século de mudanças no Nordeste – conforme já visto. Aparecerá, um ano depois, no prefácio de CGS. O regime escravocrata recebe condenação não em termos morais ou humanitários, mas pela sua ineficiência econômica e pelas despesas que gerava aos senhores

com a manutenção dos negros escravizados. Passemos a palavra para José Paulino:

Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negros (REGO, 1996, p.61).

Interessante esse exercício de memória feito por José Paulino no alpendre de seu palácio rural: lamenta o destino dos ex-escravos ao mesmo tempo em que se vangloria pelos lucros auferidos no pós-1888.

E aqui a ficção se junta à memória de José Lins do Rego, com registro documental, inclusive. Em carta endereçada a Gilberto Freyre, provavelmente escrita em 1926, surpreendemos a mesma percepção quanto aos efeitos econômicos da abolição, desta feita por intermédio da lembrança da fala do velho José Lins Cavalcanti de Albuquerque, conhecido por Bubu, avô do romancista:

O seu artigo de domingo esteve muito curioso. A propósito de escravos serem melhores cuidado de alimentação que os nossos trabalhadores de eito eu dou-lhe um documento vivo: o meu avô sempre dizia que não conseguira coisa nenhuma na escravidão, porque todo o dinheiro que pegava era para dar de comer e vestir aos negros que ele tinha. E de facto só com o trabalho livre conseguiu fortuna.

Em *Bangüê*, os resquícios da escravidão são ainda mais evidenciados, como que querendo assinalar, pelo tom de nostalgia com que se apresentam, a atmosfera de inevitável decadência que perpassa a narrativa: “Sempre era agradável, no Santa Rosa, ver-se a senzala cheia de negras conversando em voz alta” (REGO, 1996, p.92). Ou, mais adiante: “No Santa Rosa as negras foram ficando a trabalhar pelo que comiam e vestiam, como antes de 88. Comiam bem. Os filhos se criavam na fartura e era tudo para elas” (REGO, 1996, p.93).

Como vimos, os senhores de terra monopolizam também as propriedades mnemônicas, pois, nesta sociedade, eles é que podem lembrar e dar voz à memória. Deixemos agora, no entanto, as memórias senhoriais acerca da escravidão. Vejamos a força telúrica que circunda a ordem social aqui interpelada. Falemos de terra e água e de suas interações com os ricos e os pobres do Engenho Santa Rosa.

A Força Telúrica: Terra e Água

Gilberto Freyre, no seu livro de 1937, apresentado no capítulo dois, nos fala de uma região Nordeste e, dentro dela, de uma sociedade patriarcal dos engenhos, como sendo circundadas por uma natureza exuberante, de solo fértil (massapê), de águas abundantes e límpidas, de sol abrasador e chuvas regulares; com uma grande variedade de espécies animais e vegetais; um ecossistema regional e cultural tingido pelos triângulos rurais característicos da colonização portuguesa. Tudo isso, porém, prejudicado pela monocultura que faz reinar, sozinha, a cana e pelo desapego dos senhores às matas dos seus engenhos, impiedosamente derrubadas para o plantio de novos partidos. Gilberto Freyre, defensor desse modelo de colonização não esquece, porém, de assinalar os seus efeitos deletérios do ponto de vista das relações homem-natureza.

Com efeito, as interações entre a natureza e a cultura se processam, nessa sociedade, em nome dos interesses mercantis dos produtores e comerciantes situados nos engenhos daqui e nos entrepostos comerciais da Europa, resultando em um processo de degradação ambiental que levará à morte dos rios, à destruição da mata e ao empobrecimento

da terra. Principalmente depois da absorção dos engenhos pelas usinas, com suas “caldas fedorentas”, conforme souberam realçar os nossos dois autores. Registremos aqui, em relação à ficção, o apego de Zé Paulino às matas do Santa Rosa, nisso se diferenciando dos outros potentados da terra:

Ninguém lhe tocava num capão de mato, que era mesmo que arrancar um pedaço de seu corpo. Podiam roubar as mandiocas que plantava pelas chãs, mas não lhe bulissem nas matas. Ele mesmo, quando queria fazer qualquer obra, mandava comprar madeira nos outros engenhos (REGO, 1996, p.27).

José Lins do Rego, antecedendo em cinco anos o livro de Gilberto Freyre, já mostrara, nas páginas de *Menino de engenho*, várias nuances da relação homem-natureza no mundo dos engenhos, a começar pelos significados de que é revestida a terra, como insígnia de poder político e de riqueza material, poder esse potencializado pelo aspecto agrário dessa ordem social.

A compra de terras é o motor das ações de José Paulino. Cada engenho comprado significa a ampliação do seu poder, o alargamento do seu fundamento real. A força que lhe confere a propriedade de terra é revestida pela natureza telúrica desse personagem. O trabalho que nela realiza, por suas próprias mãos ou pelas mãos dos outros, dos seus servos e foreiros, parece impregnar-lhe a personalidade, o seu jeito de ver o mundo, as suas relações com a família, com os seus pares, com as árvores dos seus engenhos, etc. Ilustremos essa afirmação com um trecho do romance *Bangüê*, onde o ocioso bacharel Carlos de Melo, em seu eterno desencontro com a terra e com a condição de herdeiro, lembra do velho José Paulino, então já perto da morte, como que para realçar, pelo contraste, a sua própria inaptidão para as lides agrárias: “Só se botava à Paraíba para vender açúcar, comprar enxadas. Homem fincado na terra como uma árvore, deitou raízes, espalhou seus galhos. E nunca se ouviu falar que árvores tivessem férias, descansassem um momento. Não fora feliz com os parentes” (REGO, 1993, p.10).

Senhor feudal que governava com o coração, José Paulino sente com muita clareza e para além de possíveis razões afetivas ou propriamente telúricas, a consciência da posse da terra como sendo parte indissociável da sua condição de senhor, razão de ser da autoridade moral de que desfruta. Por isso, quanto mais, melhor:

As terras do Santa Rosa andavam léguas e léguas de norte a sul. O velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus. Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras. Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dele um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas (REGO, 1996, p.51).

Dentro da paisagem humana das terras do massapé, movem-se diversos tipos. Além do aristocrata da casa-grande: cabras de engenho, mulatas, negros, moleques da bagaceira, sertanejos fugitivos da seca, prostitutas, bacharéis, mascates, etc. Destaque para os loucos e os cangaceiros. Gilberto Freyre nos fala no bandido Cabeleira, assombro dos canaviais no século dezanove; José Lins do Rego, pela boca do adulto Carlos de Melo (mas não exclusivamente por ele) nos fala do fascínio e do medo exercidos junto aos meninos do engenho pela figura do cangaceiro Antônio Silvino. Sinal dos tempos: Gilberto Freyre nos fala, em *Sobrados e mucambos*, das invasões policiais aos engenhos em busca de criminosos protegidos pelos senhores como sendo um claro sinal de decadência destes que, em tempos áureos, jamais haveriam de passar por tal constrangimento; José Lins do Rego, em vários momentos, nos fala de invasões aos engenhos por parte das volantes policiais, em busca de coiteiros; nos fala também das investidas dos cangaceiros aos engenhos.

Neste sentido, é antológica a cena da invasão do engenho Santa Fé pelo grupo de Antônio Silvino, como forma de pressionar o decadente Lula de Holanda Chacon a aceitar a permanência em suas terras – sem

pagamento de foro – do mestre José Amaro, homem ligado ao temido chefe cangaceiro.

O caráter agrícola do trabalho reforça a dependência dos homens em relação aos elementos naturais. É perceptível essa dependência quando, na narrativa de José Lins do Rego, ou nos ensaios de Gilberto Freyre, surgem as cenas descritivas das atividades propriamente produtivas, quase todas desempenhadas ao ar livre, sob um sol ou uma chuva igualmente intensos. Sol e chuva que parecem ditar o ritmo dessas atividades, fecundando, molhando ou fazendo crescer a cana nos vastos partidos.

Ou destruindo tudo, pois, no princípio, tudo era exuberante, mas desequilibrado e primitivo, hostil. Temos aqui, com efeito, uma visão muito pouco idílica quanto às relações do homem com o meio natural. É que, com o reino da mercadoria – a célula da sociedade que aqui se anuncia em torno dos engenhos e suas casas-grandes – modifica-se o meio. Nesse movimento, até se pode ouvir e sentir e respirar aquela nota sádica que vibra das relações entre os homens, entoando “aquele exercício brutal de crueldade a que o capitalismo arcaico submete a natureza e o homem” (BOSI, 1992, p.170).

Nada a ver, portanto, com a fertilidade e equilíbrio inscritos na famosa carta de Pero Vaz de Caminha.

Com a palavra, Gilberto Freyre, no capítulo primeiro do seu livro mais famoso:

Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida de família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes – tal o regime de suas águas (FREYRE, 1997, p.15).

Temos ainda vermes, larvas e insetos e cobras passeando pelos telhados, e que caem, as cobras, nas camas de couro cru e os homens, pela manhã, são surpreendidos, ao calçarem as botas, com sua peçonhenta presença. Eis o quadro de insalubridade que o colonizador português e o negro africano encontraram nos trópicos. Uma situação ecologicamente insalubre que nos faz lembrar, ainda uma vez, dos romances de Jorge Amado sobre os pioneiros desbravadores da zona sul da Bahia – isso já nos séculos XIX e XX – derrubando a mata, enfrentando onças e sendo mordidos por cobras venenosas e matando e morrendo nas tocaias, tudo fazendo e sofrendo em luta ensandecida pela posse das terras boas para plantar cacau, mesmo quando adubadas pelo sangue dos homens que a “civilizam”.

Voltemos aos romances do paraibano. Passemos agora da terra à água: eis aí um tema que parece escorrer pela narrativa de José Lins do Rego, pois, fluente como esta narrativa, só as águas que correm pelo leito do rio Paraíba.

Gilberto Freyre vê na abundância das águas, um sinal distintivo da civilização do açúcar. Nem sempre, como já mencionado, são águas amigas dos homens. Por vezes se revoltam: e vêm as enchentes com o seu caudal destruidor. É bastante expressivo, neste sentido, o final que José Lins do Rego dá ao seu ciclo da cana-de-açúcar, fazendo desaparecer sob as águas do Paraíba, no último capítulo de *Usina*, a usina Bom Jesus, que sob a direção do Dr. Juca, filho de Zé Paulino, se espalhara pelas terras do antigo (e finado) Santa Rosa.

Apesar das irregularidades que alternam períodos de escassez com períodos de excessos, as águas do Rio Paraíba e dos pequenos rios e riachos têm uma multifuncionalidade na vida do engenho. Além da óbvia irrigação dos vastos canaviais, podemos surpreender as pescarias, os banhos de animais (principalmente os cavalos), os banhos matinais que, aos domingos, se transformavam em verdadeiros momentos de sociabilidade entre membros de várias famílias senhoriais; em suas vazantes, a plantação de batata-doce para os pobres, e as pequenas cacimbas que, no período da seca, serviam para o “abastecimento de gente que vinha das caatingas, andando léguas, de pote na cabeça” (REGO, 1996, p.17); ainda temos, em suas margens, o capim para o gado; os banhos e as brincadeiras infantis; os passeios de canoa; as serenatas; etc.

Pelos exemplos, podemos entender o rio – esse “caminho que anda e vai resmungando talvez uma dor” da bela definição do cancionista popular¹³ – como um grande espaço onde acontecem diversas práticas de sociabilidade e de cultura. Quem mora em suas margens, mesmo que seja pobre, pode contar com sua providencial ajuda em momentos difíceis. Deixemos falar José Lins do Rego: “Os da beira do rio eram mais felizes. O Paraíba dava-lhes tudo: banho para os meninos, piaba para as moquecas e vazantes para a batata-doce crescer e o jerimum enramar” (REGO, 1993, p.69).

Os resmungos do rio aumentam com a chegada das chuvas, ansiosamente aguardadas por aqueles homens e mulheres tão dependentes dos elementos naturais. Para os pobres, o bom inverno significa fatura de batata-doce e feijão verde, além da certeza de trabalho; para o senhor da terra, a garantia de renovação dos partidos de cana que faziam sua riqueza: “O meu avô ficava pelo alpendre a olhar o céu, batendo com a vara de jucá pelas calçadas. Era a sua grande alegria: a bâtega d’água amolecendo o barro duro dos partidos, a enverdecer a folha amarela das canas novas” (REGO, 1996, p.74).

Época de inverno é sinônimo de muito trabalho, de doze horas no oito, enxada na mão, sob a supervisão do feitor exigente. De vez em quando as águas do Paraíba transbordavam e invadiam os partidos de cana, os roçados, as casas, as capelas e os engenhos construídos às suas margens, perturbando os aparentemente sólidos pilares daquela organização social e ameaçando, momentaneamente, os símbolos de sua riqueza, mas sem ameaçar a sua estrutura de dominação. Era a força da natureza agindo sobre a cultura.

No capítulo 13 de *Menino de engenho*, reiteradamente elogiado pelo amigo Gilberto Freyre em seus ensaios, temos a impactante descrição de uma enchente e das alterações que traz à rotina do engenho. O relato começa com a observação dos relâmpagos nas cabeceiras do Paraíba, prenúncio de chuvas iminentes: “Era inverno na certa no alto sertão” (p.17). Os pobres começam a arrancar as batatas e os jerimums

13 Essa definição aparece na bonita canção *Eu e o rio*, do compositor Luiz Antônio, gravada pelo cantor Miltoninho.

plantados nas vazantes. A enchente é aguardada como alguém que vem de longe, há muito esperado:

O povo gostava de ver o rio cheio, correndo água de barreira a barreira. Porque era uma alegria por toda parte quando se falava da cheia que descia. E anunciavam a chegada como se se tratasse de visita de gente viva: a cheia já passou na Guarita, vem em Itabaiana... (REGO, 1996, p.18).

Não se fala de outra coisa no engenho. O menino Carlos sonha com a chegada da cabeça da enchente. É a primeira vez que vai ver uma. As canoas já estão preparadas para o transporte dos moradores em sua fuga para áreas mais distantes das margens. Até que, numa tarde, um dos moleques do engenho avisa que a cheia já atingiu o engenho de Seu Lula: “-É água muita! O rio vai às vargens. Vem com força de açude arrombado” (p.18).

Com a cheia, a narrativa atinge o ápice, tornando-se tão intensa quanto o que está sendo contado, em perfeita sintonia entre estilo e conteúdo. O leitor parece ouvir o barulho das águas:

O povo a gritar por todos os lados. E o barulho das águas que cresciam em ondas nos enchendo os ouvidos. Num instante não se via mais nem um banco de areia descoberto. Tudo estava inundado. E as águas subiam pelas barreiras. Começavam então a descer grandes tábuas de espumas, árvores inteiras arrancadas pela raiz (REGO, 1996, p.18).

E vêm os animais mortos, restos de alpendres e cumeeiras de casas, madeira: tudo boiando. Muito barro e, à noite, a cantiga dos sapos. Distribuição de bacalhau para os desabrigados. Para os meninos do engenho tudo é festa. José Paulino, vendo a cana submersa e a safra perdida, calcula os prejuízos. Mas não se lamenta, pois sabe que, passadas as águas, a terra estará pronta para receber e fazer germinar as novas sementes: “- Gosto mais de perder com água do que com sol”

(p.20). E recorda enchentes passadas e toma providências para socorrer seus moradores.

Se em *Usina* a enchente significa o fim total e irreversível, em *Menino de engenho* é apenas um transtorno passageiro, que causa prejuízos, é verdade, mas que, ao fim e ao cabo, e retornadas as águas ao seu leito natural, tudo fica igual como era antes e restabelece-se a ordem social, com seus dominantes e dominados, senhores e servos em harmonia. Antagônicos, porém equilibrados.

A enchente no Rio Paraíba, com toda a desordem momentânea que provoca, nos leva de volta à noção de equilíbrio de antagonismos, emblemática da visão freyriana acerca da formação brasileira. Por quê?

Creio que podemos começar a responder a essa questão introduzindo uma outra formulação de Gilberto Freyre, “zona de confraternização”, bem menos conhecida que a anterior e que, assim nos parece, pode conferir uma maior substância empírica àquela noção inicial, já exposta em *Casa-grande & senzala*. Ao menos gostaríamos aqui de propor essa leitura.

Com efeito, nesse ensaio inicial, Gilberto Freyre se deixa conduzir por uma célula explicativa cujo núcleo é composto pela família patriarcal, com sua casa e sua senzala, seu engenho e sua capela, advindo daí todo um conjunto de ações de sentido sociológico e cultural voltadas para as tarefas de colonização sob bases agrárias. Estamos ainda no mundo dos engenhos, circundado pelos desequilíbrios ambientais, pelos excessos sexuais e pela precariedade das relações entre brancos, negros e índios. São esses antagonismos que o nosso autor deseja equilibrar.

No ensaio seguinte – *Sobrados e mucambos* – o núcleo continua sendo a família e a residência, mas agora com uma diferença substancial: não se trata mais da família rural dos engenhos, mas daquela residente nos sobrados urbanos. A análise parte do início do século XIX, em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, acontecimento que vai desencadear um conjunto de mudanças culturais, a que Gilberto Freyre chama de processo de reeuropeização. A rua vai lentamente substituindo a casa, a praça ao engenho, o sobrado urbano ao sobrado rural, etc. Em verdade, Gilberto Freyre narra,

neste livro de 1936, a revolução burguesa no Brasil, ainda que não a situe nestes termos.

Na rua ocorrem a despersonalização das relações entre senhores e escravos e a desintegração de valores de cultura inerentes ao mundo rural em declínio. Neste momento, Gilberto Freyre introduz a noção de “zona de confraternização” como sendo uma espécie de versão urbana do “equilíbrio de antagonismos”. A rigor, as duas noções se combinam e se completam quanto ao objetivo de construir uma interpretação minimamente harmônica acerca dos excessos e desequilíbrios profundos que marcaram a formação da sociedade brasileira.

Com as zonas de confraternização Gilberto Freyre enriquece sua análise e premia seus leitores com uma maior visibilidade (concretude) dos fatos culturais que quer ver equilibrados. E reforça a presença do cotidiano na abordagem culturalista que constrói em torno de seus (do cotidiano) elementos empíricos.

No mundo da casa-grande, a zona de confraternização era a bagaceira dos engenhos, onde os meninos brancos e senhoris podiam brincar com os filhos da senzala. No mundo das cidades esses momentos de confraternização se ampliam. E temos as festas de igreja, com violões e modinhas, as procissões, o entrudo e o carnaval; depois, as rodas de samba, a sorveteria, todos esses momentos significando a vitória crescente da rua sobre a casa (FREYRE, 1996, p.XLIII).

Voltemos, agora com o olhar revigorado por essa noção complementar, ao episódio da enchente. A precariedade e o caos por ela provocados na rotina do engenho aparecem, na narrativa, como desencadeadores de expressões de solidariedade e de confraternização que parecem unir – equilibrar – ainda que sob o signo da precariedade e do efêmero, os ricos e os pobres daquela ordem. Materializam-se a “proteção”, o “equilíbrio” e as “confraternizações” possíveis numa ordem atravessada pelo autoritarismo e violência de suas relações de trabalho, com ou sem escravos. E vem a força das águas alterar o ritmo da ordem social, pondo entre parêntese suas diferenças, colocando em suspenso as desigualdades nesse momento de medos e de fugas:

Nós, os da casa-grande, estávamos ali reunidos no mesmo medo, com aquela pobre gente do eito.

E com eles bebemos o mesmo café com açúcar bruto e comemos a mesma batata-doce do velho Amâncio. E almoçamos com eles a boa carne-de-ceará com farofa. [...] Depois chegou do engenho o mantimento que tínhamos esquecido com as pressas (REGO, 1996, p.21).

Nos distantes ermos para onde a cheia os impeliu, ainda assim, há obrigações a cumprir, em socorro dos pobres, esses eternos refugiados.

E chegam do engenho os mantimentos para aplacar a fome dos fugitivos:

E a minha tia Maria distribuiu com aquela gente toda a carne-de-sol e o arroz que nos trouxeram. Eles pareciam felizes de qualquer forma, muito submissos e muito contentes com o seu destino. A cheia tinha-lhes comido os roçados de mandioca, levando o quase nada que tinham. Mas não levantavam os braços para imprecar, não se revoltavam. Eram uns cordeiros. –O que vale é a saúde e a proteção de Deus – diziam sempre. Mas, coitados, com que saúde e com que Deus estavam eles contando! (REGO, 1996, p.21).

Fora desses momentos excepcionais e dentro da mais absoluta rotina do engenho, uma outra situação se nos apresenta como expressiva zona de confraternização e de equilíbrio: o momento das refeições, quando Zé Paulino comanda lautos almoços e jantares, sempre contando com um número expressivo de comensais das mais diversas estirpes: “Na grande sala de jantar estendia-se uma mesa comprida, com muita gente sentada para a refeição” (REGO, 1996, p.8). A cozinha é outra zona de confraternização bem delineada na narrativa deste livro de estreia do romancista paraibano. É sintomático que seja este o espaço onde costumeiramente vão aparecer, no enredo, os ex-escravos. A confraternização não seria, com efeito, suficiente para fazê-los frequentar espaços mais nobres da casa-grande.

Nas cozinhas das casas-grandes vivem as brancas e as negras, nessas conversas como de iguais. As brancas deitadas, dando as cabeças para os cafunés e a cata dos piolhos. E as negras vão lhe contando as suas histórias, fazendo os seus enredos, pedindo os seus favores (REGO, 1996, p.71).

Esses seriam os momentos mais expressivos do ponto de vista das interdependências “fraternais” entre dominantes e dominados nos romances aqui interpelados. Em *Sobrados e mucambos* há uma maior presença de situações desse tipo: no banho de rio entre senhoras e suas escravas, estas ensaboando aquelas, onde o sociólogo claramente insinua a ocorrência, não de todo rara, de casos de lesbianismo; na alfabetização dos senhores pelos escravos vindos de áreas mais desenvolvidas do continente africano (Bantu ou Sudaneses), etc.

Os padres contam com a ajuda de Zé Paulino na organização das festas religiosas ou, ainda, com a madeira do engenho para as reformas no prédio da matriz. No Santa Rosa, no entanto, não existe capela e sim o quarto dos santos. Essa dimensão religiosa do triângulo rural se apresenta de forma atenuada nos romances, *Menino de engenho e Bangüê*, principalmente na primeira obra. Não dá pra sentir, por exemplo, aquele clima de intimidade doméstica com os santos e de religiosidade exacerbada de que fala Gilberto Freyre em vários textos. Talvez pela indiferença de Zé Paulino em relação às questões de ordem mais transcendental que material. O fato é que as práticas religiosas e orações não ocupam um lugar de relevo na narrativa. Sente-se, inclusive, um olhar nada seráfico do tema, no registro dos meninos ao se depararem com um menino Jesus que lhes chama a atenção apenas por apresentar “por debaixo de suas vestes uma rolinha bicuda de criança” (REGO, 1993, p.28).

No capítulo 17 ficamos sabendo que só em ocasiões especiais, como a semana santa, era aberto o quarto dos santos para quem quisesse visitá-lo, as velas eram acessas e a casa-grande fazia a distribuição de bacalhau e farinha para o jejum dos moradores. Em *Bangüê* o quarto dos santos é apenas o local onde se refugia Carlos de Melo em seus inúmeros momentos de agonia e de desespero. Nada mais que isso.

É durante uma semana santa que vai aparecer pela primeira vez no engenho a velha Totonha (ou Totônia), contando em versos a Vida, a Morte e a Paixão de Cristo, deixando o menino Carlos de Melo encantado com a sua narrativa.

No capítulo 21 vemos novamente em ação a contadora de histórias, desfiando o seu repertório para uma plateia atenta, composta pela meninada do engenho. Sem dentes e analfabeta, Totonha vem, com suas histórias fantásticas de reis e rainhas, de madrastas malvadas, de homens inocentes condenados à força sendo salvos na última hora, de bichos falantes e outras lendas, ampliar a imaginação do menino Carlos, tirando-o da rotina de menino asmático e cheio de medos, não apenas dos castigos da Tia Sinhazinha, mas de lobisomens e papa-figos e de mal-assombrados. É uma espécie de meta-narrativa que aqui se configura. Com efeito, pela voz de Totônia podemos sentir a escrita de José Lins do Rego. No mesmo capítulo 21 aparece um comentário do narrador-adulto que nos parece bastante expressivo como caracterização do estilo narrativo e do universo temático do próprio romancista paraibano:

O que fazia a velha Totonha mais curiosa era a cor local que ela punha nos seus descritivos. Quando ela queria pintar um reino era como se estivesse falando dum engenho fabuloso. Os rios e as florestas por onde andavam os seus personagens se pareciam muito com o Paraíba e a Mata do Rolo. O seu Barba-Azul era um senhor de engenho de Pernambuco (REGO, 1996, p.35).

De certa maneira, a velha Totônia antecipa a consciência literária do escritor José Lins do Rego. Essa meta-narrativa fica mais evidente em algumas passagens do romance *Bangüê*.

Aí, é um angustiado Carlos de Melo que surpreendemos fazendo comparações entre o mundo à sua volta e o mundo que observa nas páginas dos romances que lê (na maioria das vezes, apenas folheia) nas suas longas horas de ócio. A comparação entre o real e a sua representação literária claramente se lhe apresenta como um contraponto que lhe esclarece acerca da decadência inevitável da aristocracia rural

a qual pertence, personalizada na crescente decrepitude do seu avô, José Paulino.

Lembrando do colega de boemia no Recife, Mário Santos, sempre a lhe sugerir a escrita de um livro apologético sobre seus familiares, o bacharel se angustia por não mais observar no engenho para onde voltou os sinais da antiga grandeza, por perceber que o velho que morre um pouco a cada dia, na sua frente, não se parece com um personagem de romance: “Ele não era de romance. A sua existência não dependia da imaginação de ninguém” (REGO, 1993, p.20). Portanto, além da disposição, falta-lhe a matéria viva – aquele necessário vínculo com a realidade social de que fala o professor Edílson – para a composição do tal livro, pelo menos nos termos de nobreza que lhe sugere o colega. Tudo então se perde nas intenções vagas, como palavras que entram por um ouvido e saem pelo outro: “A literatura me cantava aos ouvidos a vida larga dos engenhos, o austero regime patriarcal, a grandeza moral das famílias, todo um mundo de dignidade e nobreza; e o que eu estava vendo não era nada disso” (REGO, 1993, p.14).

Carlos de Melo resolve encerrar o livro que não escreveu mandando-o para o inferno: “nem livro, nem engenho.”

Entre *Menino de engenho* e *Bangüê* José Lins do Rego narra, em *Doidinho*, o cotidiano do menino Carlos no Instituto Nossa Senhora do Carmo em Itabaiana. Em *O moleque Ricardo*, conta as aventuras e desventuras de Ricardo, padeiro na grande cidade, Recife, habitando os seus mocambos e entregando pão nos seus sobrados, distante do Santa Rosa; e nos fala também do seu envolvimento com o movimento operário e as greves, envolvimento que vai lhe custar a prisão, em Fernando de Noronha. Nesta obra o engenho é apenas uma sombra que se desnuda em algumas reminiscências e num raro encontro, de longe, com o antigo colega de brincadeira na bagaceira, Carlos de Melo, então estudante de Direito. Em *Usina*, estamos sob o império das relações capitalistas, impessoais, distantes, portanto, do mundo dos contatos primários e diretos dos engenhos, com suas casas e capelas e bagaceiras; a cana invade até as ribanceiras de um poluído Rio Paraíba e agrava a miséria dos pobres acostumados a delas se servirem. A nota aqui dominante é a mais completa desintegração da ordem senhorial, anunciando, também na ficção, o final que

já fora imposto pelas forças econômicas e políticas postas em marcha desde a última quadra do século XIX. José Lins do Rego voltaria aos engenhos sete anos depois, com *Fogo morto*, narrativa desenvolvida em três planos que se interpenetram para nos mostrar, pelas ações de suas personagens centrais – Zé Amaro, Lula de Holanda e Vitorino Carneiro da Cunha – os desencontros e alienações e deslocamentos psicológicos desencadeados pelo avanço do fim daquela herança rural portuguesa, desde longe inscrita nas casas-grandes senhoriais e na figura de seus senhores e seus escravos, mulheres e agregados e que, então, se desmanchava no ar, espalhando os fragmentos desse mundo português que não tinha mais como contar com os precários antagonismos em equilíbrio, num instante em que as relações entre os homens começam a ser determinadas pelos laços frios (e precários) do pagamento à vista.